

AGENDA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 2024

POR UMA CIDADE MAIS SEGURA

Instituto  SoudaPaz

A paz na prática

Crédito da Imagem: Pexels | Joel Alencar

Ficha técnica

Agenda Municipal de São Paulo 2024: Por Uma Cidade Mais Segura

Realização

Instituto Sou da Paz

Coordenação

Cristina Neme

Análise e redação

Cristina Neme, Roberta
Corradi Astolfi e Mayra
Pinheiro

Levantamento de dados

Heloísa Salles

Revisão

Carolina Ricardo

Consultoria

Roberta Corradi Astolfi

Diagramação

Pensata Comunicação/
Sabrina Zerlini de Sá e
Cristiane Ayumi

Apoio

**Instituto
Betty e Jacob
Lafer**

Equipe Instituto Sou da Paz

Carolina Ricardo – **Diretora-Executiva**
Beatriz Graeff – **Coordenadora de Projetos**
Brena Andrade – **Analista de Mídias Digitais**
Bruno Langeani – **Consultor Sênior**
Cristina Neme – **Coordenadora de Projetos**
Danielle Tsuchida – **Coordenadora de Projetos**
Ecilane Rodrigues – **Assistente da Diretoria**
Ederson Martins – **Assistente Administrativo-financeiro**
Fernanda Figueiredo – **Analista Contábil-financeira**
Gabriela Alves – **Estagiária de Assessoria de Imprensa**
Gabriella Oliveira – **Coordenadora de Projetos**
Guilherme Galdino – **Analista de Gestão de Pessoas**
Heloísa Salles – **Estagiária de Direito**
Ingrid Passos – **Assistente de Pesquisas**
Izabelle Mundim – **Gerente de Engajamento Cívico**
Janaina Baladez – **Gerente de Desenvolvimento Institucional**
Jéssica Moura – **Assistente de Projetos**
Luciano Almeida – **Gerente Administrativo-financeiro**
Marcele de Oliveira – **Assistente de Advocacy**
Marina Sá – **Designer**
Mayra Pinheiro – **Pesquisadora**
Natália Pollachi – **Gerente de Projetos**
Nathalie Drumond – **Gerente de Advocacy**
Pedro Luiz – **Estagiário de Pesquisa**
Rafael Rocha – **Coordenador de Projetos**
Tamiris de Jesus – **Coordenadora de Gestão de Projetos**
Vanessa Machado – **Analista de Projetos**
Wigde Arcangelo – **Assessor de Imprensa**

SUMÁRIO

| | |
|-----------|--|
| 04 | Apresentação |
| 05 | Introdução |
| 09 | Eixos da Agenda |
| 09 | 01. Governança da Segurança Cidadã |
| 14 | 02. Gestão da informação |
| 16 | 03. Guarda Civil Metropolitana |
| 19 | 04. Medidas Prioritárias na Frente de Repressão Qualificada |
| 24 | 05. Medidas Prioritárias na Frente de Prevenção |
| 25 | Crianças e Adolescentes |
| 38 | Mulheres |
| 41 | População em Situação de Rua e Usuária de Drogas |
| 45 | Referências |

Apresentação

As eleições municipais representam uma ocasião importante de exercer os direitos políticos e de cobrar por políticas públicas que respondam às necessidades da cidadania. O debate eleitoral é um momento crucial para pensar coletivamente as principais demandas e urgências da sociedade civil e a responsabilidade do Estado de desenvolver políticas consistentes que promovam a melhoria da qualidade de vida de sua população.



Crédito da Imagem: Freepik



Nestas eleições de 2024, o Instituto Sou da Paz apresenta uma agenda de propostas prioritárias para o município de São Paulo na área da segurança.

A Agenda objetiva circular iniciativas baseadas em análises e evidências que colaborem para a produção de políticas públicas em defesa de uma segurança pública alinhada à promoção dos direitos humanos.

São propostas que dialogam com políticas públicas em curso, atentando para possibilidades de aprimoramento e inovação, de modo a contribuir para a qualificação do debate público e dos programas de governo comprometidos com a promoção da segurança urbana cidadã.

Introdução

A insegurança segue como um grave problema que afeta a vida cotidiana dos cidadãos, conforme indicam as pesquisas que monitoram a sensação de segurança da população brasileira. Segundo o último levantamento do Instituto DataFolha, 39% da população reportou se sentir muito insegura nas ruas ao anoitecer, o que reduz a capacidade de circular livremente pelos espaços urbanos. Essa percepção é ainda maior entre as mulheres (45%) e entre moradores das áreas metropolitanas (52%) e da região Sudeste (45%).¹

Em outra pesquisa de abrangência nacional, a CNI procurou captar a percepção da população sobre os principais problemas e prioridades do país a partir de 2024. Ao avaliar as áreas que mais pioraram nos últimos doze meses, a segurança é a segunda mais lembrada pela população brasileira, que destacou o combate ao tráfico de drogas entre as prioridades do poder público na área da segurança para os próximos anos. A questão da segurança também emerge entre as prioridades identificadas na área da educação, como melhorar a segurança e combater o uso de drogas nas escolas.²

Segundo pesquisa realizada pelo Insper no município de São Paulo, 47% dos entrevistados reportaram ter sofrido alguma forma de vitimização na capital ao longo dos doze meses anteriores à realização da pesquisa (março/2022 a fevereiro/2023). As principais ocorrências reportadas foram roubos (7,9%), furtos (13,7%) e estelionatos (30%). Entre os objetos roubados ou furtados, destaca-se o celular, que respondeu por 80% dos casos, em crescimento contínuo desde a primeira onda da pesquisa aplicada em 2003.³

¹ *Sensação de Segurança e Insegurança - Pesquisa Nacional. Instituto Datafolha, março de 2024.*

² *Principais problemas e prioridades do país para 2024. Retratos da Sociedade Brasileira, Ano 11, n. 61. Brasília: Confederação Nacional da Indústria - CNI, abril/2024. A Saúde emerge em primeiro lugar, mencionada por 28% das pessoas entrevistadas, seguida pela Segurança (20%), Educação (10%), Geração de Emprego (9%) e Controle da Inflação (9%).*

³ *Relatório da Pesquisa de Vitimização em São Paulo. Instituto de Ensino e Pesquisa Insper, 2023.*

Segundo os dados oficiais, entre 2020 e 2023 a cidade de São Paulo registrou em média 133 mil ocorrências de roubo por ano (excluídos os casos de roubo de veículos), o que corresponde a uma taxa anual por volta de 1.100 roubos a cada cem mil paulistanos. No último ano, 62% das ocorrências de roubo na capital envolveram subtração de celulares e em mais de 90% delas o crime aconteceu na rua (via pública). Os casos



Crédito da Imagem: Freepik

de furto e roubo de veículos declinaram ao longo da última década, mas se nota uma reversão dessa tendência em 2021, tanto no estado como na capital. Ainda segundo a pesquisa de vitimização do Insper, estima-se que armas de fogo foram empregadas em 48,1% dos roubos contra pessoas e em 77,8% dos roubos de veículos.

Outra modalidade de crime que aumenta a sensação de insegurança da população, em especial da população feminina, são os estupros. Em 2023, São Paulo registrou um total de 3.043 casos de estupro, dos quais 75% eram estupro de vulnerável, ou seja, as vítimas eram crianças e adolescentes menores de 14 anos ou pessoas sem discernimento para consentir com a prática do ato. Nota-se um aumento expressivo desses registros

nos dois últimos anos da série histórica, sobretudo dos casos de vítimas vulneráveis, que cresceram 36% entre os anos de 2021 e 2023.

Os crimes contra a vida, que apresentam altas taxas no país, tiveram expressiva redução no estado e na capital ao longo das últimas décadas. Ainda assim, a arma de fogo prevalece como principal meio empregado no cometimento desses crimes que, por sua vez atingem desproporcionalmente a população negra, os jovens e os homens.

Nesse cenário, é fundamental atentar para o grande crescimento do número de armas legais em circulação no país ao longo dos últimos anos - um aumento de 144% no total de registros ativos no Sinarm de armas de fogo entre 2017 e 2022 -, resultado do afrouxamento da legislação de controle de armas promovido pela gestão federal anterior (governo Bolsonaro). A quantidade de registros ativos de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) também apresentou um aumento vertiginoso neste período. Em 2017 eram 63.137 registros, número 12 vezes menor que os 783.385 registros em 2022. Esse aumento torna a fiscalização ainda mais complexa e necessária, visto que a arma de fogo é o meio empregado em mais de 70% dos homicídios ocorridos no país. Em São Paulo, a pesquisa do Insper indica que houve um crescimento na posse de armas de fogo entre 2018 e 2023, quebrando a tendência de queda observada ininterruptamente desde 2003, assim como um aumento relevante na quantidade de paulistanos que utilizam armas de fogo para práticas esportivas ou caça, ou seja, de CACs.

Os desafios da segurança urbana se sobrepõem às desigualdades sociais que marcam a cidade, conforme indica o Mapa da Desigualdade 2023, que classifica os 96 distritos da capital em relação a um conjunto de indicadores sociais, assim como sinaliza o grau de desigualdade entre eles.



Crédito da Imagem: Freepik

Com raras exceções, os distritos mais afastados do centro apresentam as piores posições, sobretudo nas franjas das zonas leste, sul/sudoeste e norte da capital, sendo possível identificar onde se conjugam a maior incidência de fatores de risco, como abandono escolar e gravidez na adolescência, com a menor disponibilidade de fatores de proteção, como acesso a equipamentos públicos de esporte e cultura.⁴

Nesse contexto, é da maior relevância o engajamento do poder municipal na implementação de políticas públicas orientadas à prevenção da violência e à promoção da segurança. Compreender os fatores que produzem a insegurança e como se apresentam no

território é essencial para que sejam formuladas políticas sustentáveis que promovam maior segurança para a população.

Sem se pretender exaustiva, esta Agenda apresenta propostas de ações prioritárias com vistas a subsidiar o debate público e os programas de governo que concorrerão nas próximas eleições municipais. Partimos da premissa de que os municípios exercem um papel fundamental na promoção da segurança urbana e de que há experiências reconhecidas que merecem ser incorporadas, seja para aprimorar iniciativas em curso, seja para oferecer inovações bem-vindas no campo da segurança.

⁴ *Mapa da Desigualdade 2023. Rede Nossa São Paulo, nov./2023. O estudo ranqueia a distribuição desigual dos direitos sociais nos 96 distritos da cidade de São Paulo, por meio da análise comparada de seus indicadores.*

Eixos da agenda

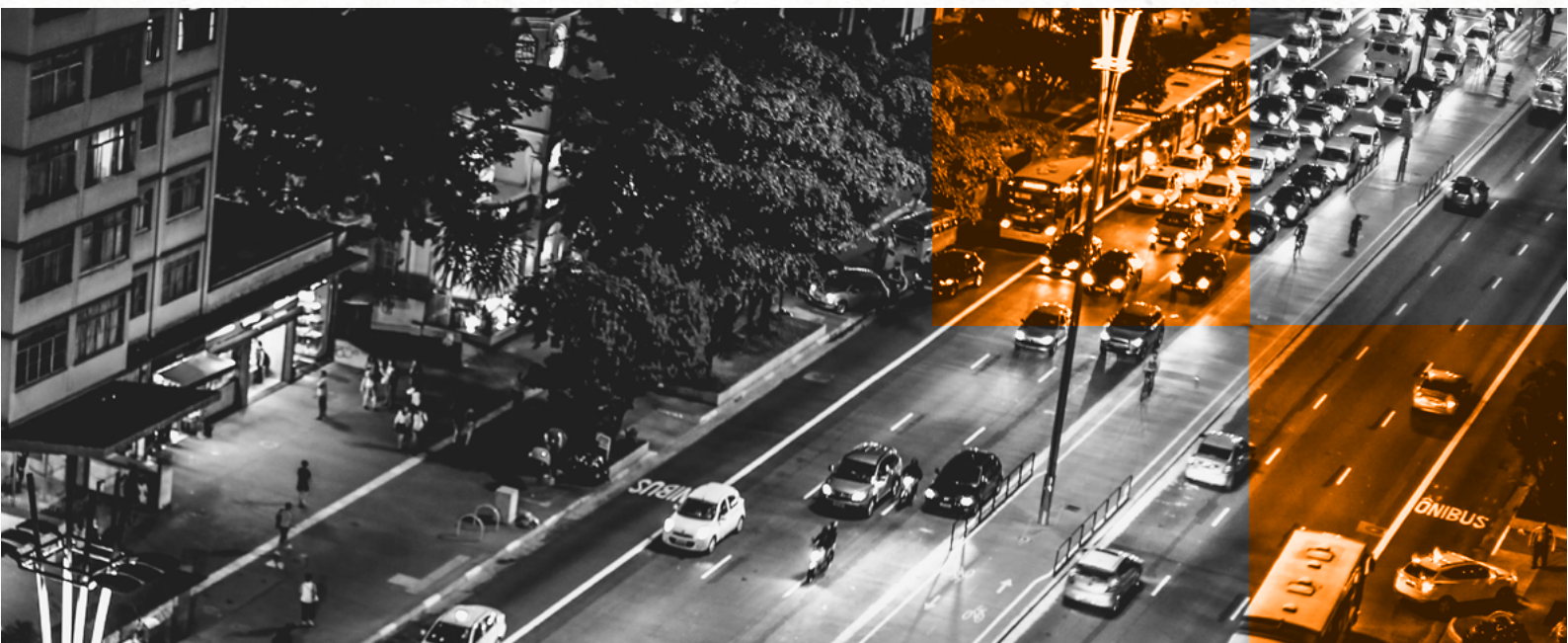
01 Governança da segurança cidadã

Em 2020, por iniciativa do Executivo Municipal, teve início a elaboração de uma proposta de projeto de lei que viria instituir o primeiro plano de segurança urbana do município de São Paulo. A construção do plano foi conduzida pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), a proposta foi submetida a consultas públicas em 2022, porém, não chegou a ser apreciada no formato de projeto de lei pela Câmara Municipal. O plano foi previsto no decreto 58.199/2018, que reorganizou a SMSU, em linha com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. É assim um instrumento de integração do município ao Sistema Único de Segurança Pública, que prevê requisitos para que os entes federados participem do SUSP e recebam recursos federais para financiamento da segurança.

O Plano está estruturado em 5 eixos, com foco nas atribuições da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) e da Guarda Civil Metropolitana (GCM), e prevê tanto inovações como o aprimoramento de iniciativas existentes. Entre elas, trata da reestruturação do Conselho Municipal de Segurança Urbana e da criação do Fundo Municipal de Segurança Urbana, que são requisitos do SUSP.

É fundamental que o município de São Paulo se alinhe aos esforços de implementação do sistema único de segurança partindo da instituição de seu primeiro plano de segurança, passo necessário para fortalecer a governança da segurança urbana na maior capital do país.

Além disso, é preciso reestruturar as instâncias de gestão já previstas para garantir sua efetividade. Atualmente, embora o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) esteja previsto em lei, não funciona efetivamente. Presidido pelo prefeito, o GGI-M é um fórum deliberativo e executivo composto por representantes das diversas secretarias municipais, das secretarias estaduais de Segurança e de Justiça e de órgãos federais que atuam no município. Considerando o objetivo de *realização de ações conjuntas e sistêmicas voltadas à discussão, deliberação e execução de políticas públicas de segurança local que propiciem a diminuição da criminalidade, a prevenção da violência, a manutenção da paz social e a promoção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas,*⁵ é de se notar a complexidade de coordenar esse conjunto de atores e ganhar convergência para produzir segurança urbana.



Crédito da Imagem: Freepik

Nesse sentido, recomenda-se a revisão do documento de plano proposto,⁶ considerando os esforços já empreendidos, e sua priorização como projeto de lei a ser apresentado pelo Executivo, atentando ao menos para os seguintes pontos:

⁵ Decreto municipal 55.003/2014, alterado pelo Decreto 58.199/2018.

⁶ Plano de Segurança Urbana Municipal. Disponível em: <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/legislacion/processes/208/topics>

A

Retomar a proposta a partir da realização de novas **consultas públicas** que permitam aumentar a participação social na definição das políticas públicas;

B

Fortalecer no Plano o desenho de **articulação institucional** entre as áreas que dialogam prioritariamente com a segurança urbana, tendo em vista a integração para implementação de ações intersetoriais relevantes à promoção da segurança (considerando temas prioritários de modo transversal);

C

Criar o **Fundo Municipal de Segurança Pública** e regulamentar o **Conselho Municipal de Segurança Urbana**, garantindo representatividade e mecanismos de participação social que aproximem comunidade e instituições;

D

Apresentar a estrutura da governança considerando os mecanismos de **gestão integrada da segurança** no nível municipal. É necessário prever instâncias que congreguem os principais atores da política municipal relacionados à promoção da segurança urbana em um formato que possibilite o planejamento e a implementação de ações efetivas. Para tanto, sugere-se a reestruturação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) em duas frentes: **1)** uma voltada à articulação dos órgãos policiais e de fiscalização administrativa tendo em vista o planejamento de medidas de segurança situacional e de repressão qualificada; **2)** outra voltada à prevenção da violência, tendo em vista as medidas de prevenção primária (social) e secundária (públicos vulneráveis ou em risco), no formato de um Comitê Integrado de Prevenção. O modelo de governança deve, por fim, eleger um ator institucional como articulador da política de segurança urbana.

E

Detalhar os instrumentos de **governança**: planejamento, monitoramento e avaliação, transparência (o plano proposto estava alinhado ao Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo, que vai se encerrar em 2024).

1.1. Gestão Integrada da Segurança

A produção da segurança urbana exige a coordenação de políticas intersetoriais capazes de responder a demandas de diversas naturezas, a depender da região da metrópole que é dividida administrativamente em 34 subprefeituras.

Considerando as atribuições da SMSU, que abrangem a prevenção e a redução da violência e da criminalidade, a defesa civil e a promoção da segurança urbana; considerando que as políticas de segurança devem ser estabelecidas em articulação com os órgãos dos diversos níveis de governo assim como de modo integrado com as políticas sociais municipais que afetam a segurança, recomenda-se que a governança, estruturada em duas frentes, contemple:

A

Na **frente de repressão qualificada**, o envolvimento da GCM e das secretarias e agências reguladoras que respondem pela aprovação, controle e fiscalização dos serviços públicos de transporte, limpeza urbana, iluminação pública e tranquilidade pública no âmbito municipal, assim como a parceria com as polícias e outros órgãos estaduais. No âmbito municipal, destacam-se, além da SMSU:

Secretaria Municipal das Subprefeituras, no que tange à regulamentação e fiscalização de posturas urbanas municipais relativas ao uso e ocupação do solo urbano, ao controle da emissão de ruídos e aos serviços de zeladoria urbana;⁷

Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP Regula, que responde pela regulação e fiscalização de todo e qualquer serviço municipal delegado que lhe tenha sido atribuído pelo Executivo mediante decreto, tais como serviços de limpeza urbana, serviços funerários e de iluminação pública;

⁷ A Secretaria das Subprefeituras gere o Programa Silêncio Urbano – PSIU, integrando as Subprefeituras e os demais órgãos da Administração Pública Municipal envolvidos, e deve planejar, supervisionar e fiscalizar obras de execução e conservação de vias públicas, logradouros, pavimentação, infraestrutura urbana no âmbito dos serviços de zeladoria.

Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana, que tem entre suas atribuições fiscalizar e controlar os transportes individuais e coletivos no município; fiscalizar e controlar o uso intensivo do viário urbano para exploração de atividade econômica; e superintender a relação da Secretaria com a empresa São Paulo Transporte S/A (SPTrans);

Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias da Secretaria de Governo, que tem entre suas atribuições assistir e assessorar o prefeito nos assuntos relacionados com a coordenação e integração das ações do governo e responde pelo Observa Sampa - Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo.

A partir dessas instâncias, podem ser articuladas as medidas relacionadas à regulamentação do comércio e ao uso do espaço público, incluindo a atenção a iluminação, acessibilidade, mobilidade, tranquilidade pública e requalificação do espaço público, assim como acionadas outras pastas, quando pertinente.

B

Na **frente de prevenção**, o envolvimento da GCM e das secretarias municipais, com objetivo de articulação entre as áreas, considerando os projetos existentes, a definição de prioridades e o desenvolvimento de novas iniciativas, com destaque para as secretarias:

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria Municipal das Subprefeituras

Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos da Secretaria Municipal de Governo

02 Gestão da Informação



Hoje a prefeitura dispõe da plataforma chamada **Observa Sampa**, que se propõe a apresentar dados, indicadores e evidências sobre a cidade de São Paulo e suas políticas públicas. O Observa Sampa está alocado na Coordenadoria de Avaliação e Gestão da Informação da Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas

Prioritárias, à qual cabe fazer a “articulação, promoção e disseminação de informações (dados, indicadores, diagnósticos e avaliações) com vistas a promover uma cultura de políticas públicas baseadas em evidências na Prefeitura de São Paulo”. O observatório conta com um conjunto de indicadores sobre a situação da cidade em relação a diversos temas, assim como sobre as demandas e os serviços municipais oferecidos e/ou prestados.⁸

Por outro lado, a proposta do plano municipal de segurança urbana prevê a implantação de um *Observatório da Segurança do Município de São Paulo*, com atribuição de produzir, analisar e divulgar dados, informações e conhecimento acerca dos principais indicadores sobre a condição da segurança na cidade.

⁸ Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>. Seus eixos temáticos estão divididos segundo as áreas de atuação do município, tais como Segurança e Violência, Desenvolvimento Urbano, Assistência Social, Zeladoria Urbana, entre outros, e contam com dados produzidos pelos órgãos municipais e de outras esferas. O painel de indicadores apresenta também o recorte segundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visto que São Paulo aderiu à Agenda da ONU e elaborou sua Agenda Municipal 2030.

Considerando os esforços já empreendidos, sugere-se investir na plataforma Observa Sampa, tendo em vista aprimorar as funcionalidades e as informações disponíveis, as quais poderão ser classificadas segundo níveis de acesso (público ou restrito à gestão). É preciso desagregar dados segundo os níveis territoriais (subprefeituras e distritos municipais, assim como permitir o cruzamento de informações. No âmbito de uma agenda programática de segurança urbana, é o caso de definir os **indicadores prioritários para a produção de diagnósticos e para o planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços prestados**, o que implica acesso a dados de diferentes secretarias.

Assim, em vez de necessariamente criar uma nova estrutura, é oportuno, por um lado, aperfeiçoar a plataforma atual e, por outro, fortalecer o trabalho hoje realizado pelo núcleo de gestão da informação no âmbito da SMSU, avançando no sentido de:

- A** Instituir uma equipe dedicada à gestão da informação, responsável pela produção de relatórios periódicos que subsidiem o planejamento da SMSU, e que possa gerir parcerias para realização de análises e estudos mais aprofundados para orientar a definição das políticas públicas de segurança urbana de médio e longo prazos;
- B** Aprimorar a capacidade de produção e análise de informações que subsidiem o planejamento operacional e estratégico da segurança urbana;
- C** Estabelecer fluxos com outras secretarias municipais para definir o compartilhamento de informações no âmbito do Observa Sampa;
- D** Articular com a secretaria estadual de segurança pública para ter acesso aos dados estaduais, contemplando o compartilhamento de informações de modo desagregado;
- E** Articular com as secretarias municipal e estadual de saúde uma avaliação dos processos dos sistemas de informações da saúde (Datusus), especialmente o de mortalidade e o de agravos de notificação obrigatória, visto que o município e o estado

apresentam altíssima subnotificação dos registros de mortalidade violenta;⁹

F

Produzir e divulgar dados sobre as iniciativas em curso e fomentar a avaliação das ações existentes (inclui a publicação de dados sobre implementação dos programas e iniciativas para que possam ser acompanhados pela sociedade, academia etc.).

03 Guarda Civil Metropolitana

A instituição do SUSP em 2018 fortaleceu o papel dos municípios e das guardas municipais na promoção da segurança ao afirmá-los como integrantes estratégicos do SUSP. Em 2023, o decreto federal 11.841 regulamentou a atividade de patrulhamento preventivo das guardas municipais, que deve ser realizada em cooperação com os órgãos policiais estaduais tendo em vista **i)** a garantia do respeito aos direitos fundamentais; **ii)** a contribuição para a paz social, prevenção e pacificação de conflitos; e **iii)** a garantia do atendimento de ocorrências emergenciais. No caso de ilícitos penais, cabe também aos guardas fazer prisão em flagrante, apresentar o preso e a notificação circunstanciada da ocorrência à polícia judiciária e contribuir para a preservação do local do crime.

Assim, **a GCM exerce um papel fundamental na implementação da política municipal de segurança urbana**, protagonizando ações da SMSU e apoiando ações de outras pastas. Considerando o amplo leque de atribuições da GCM, definidas no decreto municipal 58.199/2018, e sua participação transversal nos eixos priorizados nesta Agenda, destacam-se como medidas prioritárias para a próxima gestão:

⁹ Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/Datasus) analisados no Atlas da Violência 2024 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

3.1. Aprimoramento da qualidade da informação produzida pela GCM

Uma boa gestão da informação é essencial para o planejamento das ações rotineiras e das políticas públicas. A GCM conta com sistemas de videomonitoramento, atendimento 153 e monitoramento das viaturas que geram uma variedade de informações. A partir de 2017, a prefeitura lançou novas tecnologias e projetos com objetivo de incrementar sua capacidade de vigilância, fiscalização e resposta às demandas, tais como o App SP+Segura,¹⁰ o programa Dronepol¹¹ e os programas City Câmeras (2017) e Smart Sampa (2023).



Crédito da Imagem: Freepik

O Programa City Câmeras expandiu a rede de videomonitoramento da cidade ao integrar câmeras de segurança residenciais e comerciais à rede de câmeras públicas. Após longa reformulação, foi lançada, não sem questionamentos, a nova plataforma Smart Sampa, que amplia o sistema de monitoramento ao incluir novas tecnologias, como reconhecimento facial, leitores de placa e alertas. É, portanto, um sistema baseado em algoritmos que exige protocolos rígidos de utilização de dados, tendo em vista o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e evitar a discriminação algorítmica, problema fartamente apontado por especialistas em relação a tecnologias de inteligência artificial empregadas na área da segurança.

¹⁰ O SP+Segura é um aplicativo de acesso público que permite aos cidadãos usuários informar ocorrências de diversas naturezas e acionar o poder público responsável, por exemplo, pelos serviços de zeladoria ou de segurança urbana. Permite também atendimento pelas patrulhas e monitoramento de viaturas.

¹¹ O Dronepol permite o monitoramento de áreas de risco e locais com grande aglomeração de pessoas por meio de drones em operações da GCM e da Defesa Civil.

Considerando a complexidade da plataforma Smart Sampa, que prevê a integração das ações de outros órgãos,¹² e sua implementação gradual, iniciada em 2024 com a instalação de câmeras inteligentes na região central da cidade, recomenda-se um passo anterior:

A

Investir na avaliação e aperfeiçoamento dos processos de coleta, sistematização e análise dos dados no âmbito dos sistemas geridos pela GCM, com objetivo de otimizar processos e elevar a qualidade das informações que interessam ao planejamento operacional e ao desenho de políticas de segurança urbana. Diversos sistemas foram incorporados ao longo do tempo e é preciso priorizar a qualificação dos dados primários provenientes de fontes diversas (registros de demandas, ocorrências e atendimentos) e das análises produzidas a partir deles. Ou seja, trata-se de otimizar os processos desde a coleta de dados com vistas ao **aprimoramento da qualidade das informações produzidas pela GCM, de modo que novas soluções tecnológicas contem com bases de dados consistentes e que estejam estritamente adequadas à LGPD.**¹³

3.2. Capacitação da GCM

A

Considerando os programas protagonizados pela GCM e sua atuação em contextos desafiadores, sugere-se privilegiar a oferta de **capacitação continuada** nos seguintes temas:

● População em situação de rua e usuária de drogas, considerando os procedimentos da Prefeitura já estabelecidos para abordagem em operações de zeladoria e de segurança urbana (ver 5.6);

● Política de redução de danos em relação ao uso de drogas;

¹² Como CET, CPTM, Metrô, SAMU, além da GCM e das polícias Militar e Civil, por meio de uma Central de Monitoramento da GCM.

¹³ Nesse sentido, ver Netto, L.F., Rocha, L.J.L. *Gestão de informações de segurança pública no município: diagnóstico e propostas para a Secretaria Municipal de Segurança Urbana da cidade de São Paulo*. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

- Violência doméstica e familiar e violência baseada em gênero, incluindo a avaliação dos casos atendidos no programa Guardiã Maria da Penha;
- Mediação de conflitos, incluindo a avaliação dos casos atendidos nas Casas de Mediação.



Crédito da Imagem: Pexels | Ian Lima

04 Medidas Prioritárias na Frente de Repressão Qualificada e de Revitalização do Espaço Público

As experiências bem-sucedidas de planos municipais de segurança urbana têm em comum o **fortalecimento de iniciativas empreendidas pelos órgãos municipais responsáveis pela concessão de licenças e fiscalização das condições de funcionamento de estabelecimentos e serviços** tendo em vista a sua regularização. Em suma, são medidas de cooperação com instituições estaduais que visam controlar estabelecimentos e serviços que podem estar relacionados com fatores de violência e/ou criminalidade, ou seja, situações ou dinâmicas que favorecem desde “desordens urbanas” que geram perturbação do sossego e deterioração dos espaços públicos, até conflitos e violências interpessoais, fraudes, tráfico de drogas e outras ilegalidades que impactam na segurança.

Considerando os desafios de uma metrópole como São Paulo e os diversos órgãos municipais com atribuições fiscalizatórias, é necessário coordenar essas atividades de acordo com as prioridades definidas. Sugere-se nesse sentido criar e/ou fortalecer medidas de cunho administrativo com poder de regulamentar, controlar e fiscalizar atividades que impactam direta ou indiretamente na segurança urbana, tendo em vista:

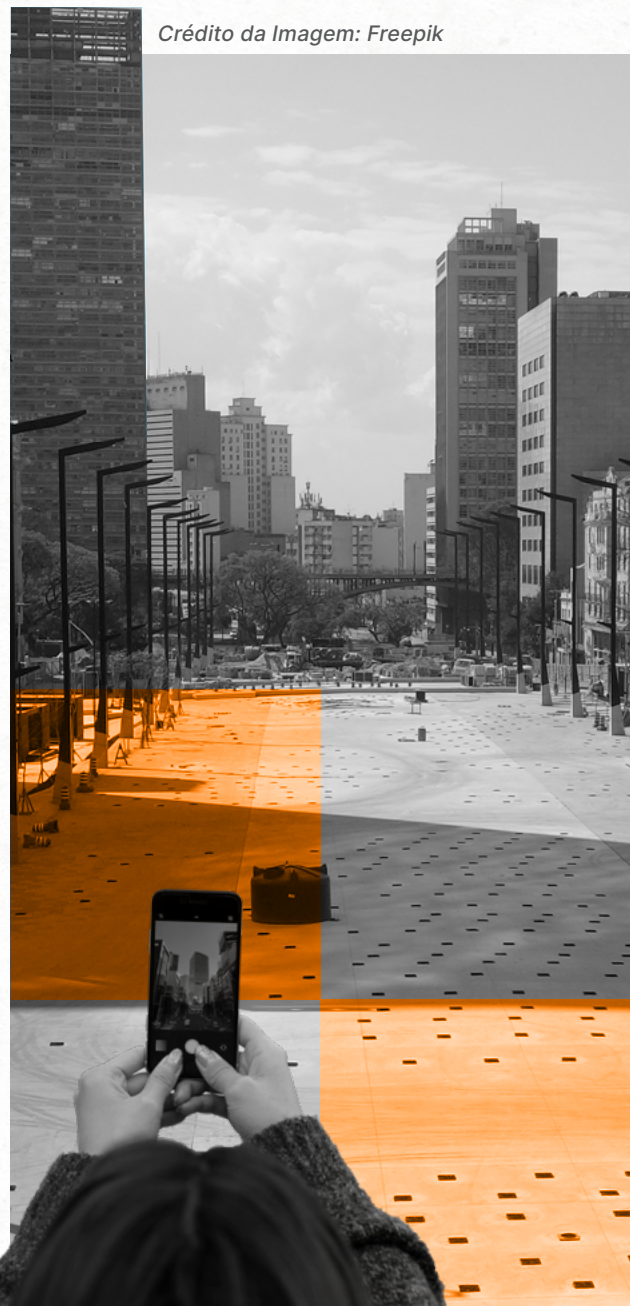
4.1.

Recuperar e revitalizar **espaços públicos** tomados por cenas de uso de drogas, em conjunto com o trabalho realizado pelas equipes da saúde e da assistência social junto à população usuária. Para além do apoio da GCM ao trabalho da assistência e da saúde, é preciso avançar nos esforços de revitalização de espaços públicos por meio de medidas de fiscalização em combinação com os programas de cuidado e atendimento ao público usuário e/ou morador de rua e medidas de intervenção urbanística.

4.2.

Desenvolver projetos em parceria com as polícias estaduais para coibir **crimes contra o patrimônio**, especificamente furto e roubo de celulares, que afetam milhares de cidadãos a cada ano na cidade de São Paulo. A exemplo da experiência bem-sucedida do estado do Piauí, que registrou uma redução expressiva dos roubos de celulares, trata-se de interferir no ciclo pelo qual passam os aparelhos subtraídos (furto ou roubo, receptação e revenda do aparelho para o consumidor).

Crédito da Imagem: Freepik



Crédito da Imagem: Freepik

A estratégia desenvolvida pela Secretaria Estadual de Segurança do Piauí envolveu **inovação tecnológica e articulação** com outros órgãos públicos e está centrada na interrupção da cadeia de negócios que sustenta os roubos e furtos de celulares. Suas principais etapas são:

- Desenvolvimento de ferramenta de consulta sobre aparelhos celulares desviados (via Imei) e instalação nos celulares dos efetivos policiais;
- Verificação do Imei em celulares durante a realização de blitzes de busca pessoal ou veicular, o que permite identificar aparelhos desviados que foram revendidos;
- Envio de intimações em massa (via Whatsapp) para os portadores de celulares com restrição para que devolvam o aparelho;
- Realização de operações de fiscalização em lojas físicas ou virtuais que compraram ou venderam aparelhos desviados.

Após a implementação, milhares de celulares foram recuperados e devolvidos a seus proprietários. O modelo deve ser adotado em outros estados e incorporado ao programa Celular Seguro, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Para saber mais:

<https://www.ssp.pi.gov.br/noticia.php?id=4709>

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/celular-seguro-incorporara-iniciativa-exitosa-contra-roubo-e-furto-de-celulares-do-piaui>

4.3.

Fortalecer a atuação municipal na implementação da chamada **Lei do Desmanche**, lei estadual de 2014 que trata da destinação de veículos sem vida útil, por meio da regulamentação do funcionamento de empresas no ramo de desmontagem de veículos, comercialização das partes e peças e reciclagem de veículos irrecuperáveis.¹⁴ A redução das ocorrências de roubo e furto de veículos após 2014 está também associada à implementação da lei.¹⁵ Entre 2014 e 2023, observou-se uma expressiva redução desses indicadores no estado de São Paulo (-41%) e na capital (-44%).

A fiscalização desse processo cabe ao Departamento de Trânsito estadual, que pode atuar em parceria com outros órgãos públicos para fiscalização conjunta, desde a expedição do credenciamento até a lacração dos estabelecimentos que descumprirem as normas contidas nesta lei. Desse modo, a prefeitura pode exercer uma parceria relevante na fiscalização. Em 2021 foi instituída a Política Municipal de Fiscalização, Prevenção e Combate ao Furto e Roubo de Carros, Motos e Caminhões, com vistas a fortalecer a fiscalização das empresas que atuam no segmento por meio da intensificação das operações de fiscalização e vistoria realizadas por Agentes Vistores, com apoio da GCM, e do incentivo a denúncias de irregularidades, em iniciativa voltada ao enfrentamento do crime organizado no município.¹⁶ Ainda que a redução dos casos ao longo da série seja muito expressiva, cabe notar que em 2021 ocorre uma reversão na tendência de queda que vinha desde 2014, tanto no estado como na capital, que responde por 42% dos casos de roubo e furto de veículos ocorridos no Estado. Nesse cenário, a política municipal merece ser regulamentada, de modo que a prefeitura ganhe protagonismo na gestão estratégica da fiscalização e priorize a ação dos agentes vistores a partir de diagnósticos dos pontos quentes dos crimes relacionados.

¹⁴ Lei estadual 15.276/2014, que dispõe sobre a destinação de veículos em fim de vida útil.

¹⁵ Conforme indicado na análise de Feltran, G., Rocha, R. e outros. *Lei do desmanche, pcc e mercados. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 35, n. 1, jan-abr 2023.

¹⁶ Lei municipal 17.687/2021.

4.4.

Desenvolver estratégias para fortalecer a **fiscalização de áreas essenciais à prestação de serviços à população**, como transporte e coleta de lixo, de modo a evitar sua cooptação por organizações criminosas por meio da gestão fraudulenta de contratos. Recentemente uma operação conduzida pelo Ministério Público de São Paulo evidenciou como organizações operaram um esquema de lavagem de dinheiro a partir da gestão de duas empresas de ônibus responsáveis pelo transporte diário de milhares de cidadãos paulistanos. Tal esquema se estabeleceu por meio de uma complexa rede de operações ilícitas que permitiram às empresas concorrerem e ganharem licitações públicas como se fossem legítimas. Considerando que tais operações visam à lavagem de recursos provenientes do tráfico de drogas e de roubos, entre outros crimes que estão direta ou indiretamente relacionados à violência e à insegurança pública, é preciso que o município colabore de modo mais incisivo no seu enfrentamento.

4.5

O **controle de armas** precisa retornar à agenda prioritária da SMSU. A prefeitura já teve maior protagonismo na Campanha de Entrega Voluntária de armas, mas sua atuação perdeu força ao longo do tempo. A prefeitura recolheu, em média, 360 armas por ano em postos da GCM entre 2019 e 2023, enquanto no período de 2011 a 2015 a média anual foi de 1.348 armas.¹⁷ O programa é uma política pública permanente, com indenizações pagas pelo Ministério da Justiça. A Prefeitura pode fortalecê-la, com a ampliação de postos de entrega, inclusive postos móveis, e o planejamento

¹⁷ *Observa Sampa. Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/index.php>*

de ações de comunicação para a população sobre os riscos de ter armas em casa, incentivando a entrega voluntária. Além disso, o poder municipal pode contribuir para a efetivação da política nacional de controle de armas promovendo fiscalizações conjuntas com o Exército nos estabelecimentos e serviços destinados a práticas esportivas e ao comércio de armas. O poder municipal pode fortalecer essa atividade aportando conhecimento sobre as dinâmicas locais, planejando fiscalizações interagências que incluam a verificação dos alvarás e planos de segurança das lojas e clubes de armas, com a participação da GCM e dos agentes vistoros. Da mesma forma, pode apoiar a Polícia Federal na fiscalização de empresas de segurança privada, especialmente nas sedes e locais de guarda de armas, onde frequentemente ocorrem desvios de maior proporção que alimentam o mercado criminal.

05 Medidas Prioritárias na Frente de Prevenção

As estratégias de prevenção social ou primária buscam reduzir a probabilidade de comportamentos violentos ou antissociais e comportamentos indiretamente associados à violência, tais como uso abusivo de substâncias psicoativas, abandono escolar e atos infracionais. Esse tipo de estratégia tem como foco principal crianças e adolescentes, incluindo as estratégias de prevenção precoce para a primeira infância.

São também fundamentais as estratégias de prevenção orientadas para públicos em risco de violência, seja de envolvimento como de vitimização. Nesse sentido, destacam-se iniciativas focalizadas nas situações ou públicos vulneráveis, com destaque para os/as adolescentes.

Considerando as iniciativas existentes assim como a necessidade de inovar, destacam-se as seguintes frentes que merecem investimentos no campo da prevenção.

Crianças e adolescentes

5.1. Prevenção ao abuso de substâncias: avaliar, atualizar e integrar iniciativas

O Grupo de Educação e Prevenção às Drogas (GEPAD) foi instituído junto à GCM em 1994 com a finalidade de prevenir o uso de drogas em escolas por meio de palestras socioeducacionais com alunos, pais e docentes. Essa iniciativa foi institucionalizada em 2018 como um programa municipal de prevenção ao uso indevido de drogas, realizado por meio de ações educativas em instituições de ensino que envolvem, além da GCM, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Educação.¹⁸ Considerando a longa trajetória do GEPAD e seu enraizamento nas instituições, é preciso adotar medidas de avaliação sobre a efetividade do programa, tais como:

A

Documentar as estratégias que têm sido utilizadas para efetivar a intersetorialidade do programa e incluir a saúde entre os setores envolvidos, especialmente o Programa de Saúde nas Escolas (PSE). A base do PSE é a articulação entre a educação e a atenção primária, com vínculos territoriais de cada escola com sua Unidade Básica de Saúde. Desse modo, toda ação de cuidado, saúde e proteção ao estudante está sob a orientação da área técnica da Saúde da Criança e Adolescente da Secretaria Municipal da Saúde.¹⁹

B

Algumas versões desse tipo de programa produziram efeitos nulos ou mesmo negativos, acelerando a primeira experiência de uso de substâncias entre adolescentes. Desse modo, é preciso sistematizar a(s) metodologia(s) de aplicação e iden-

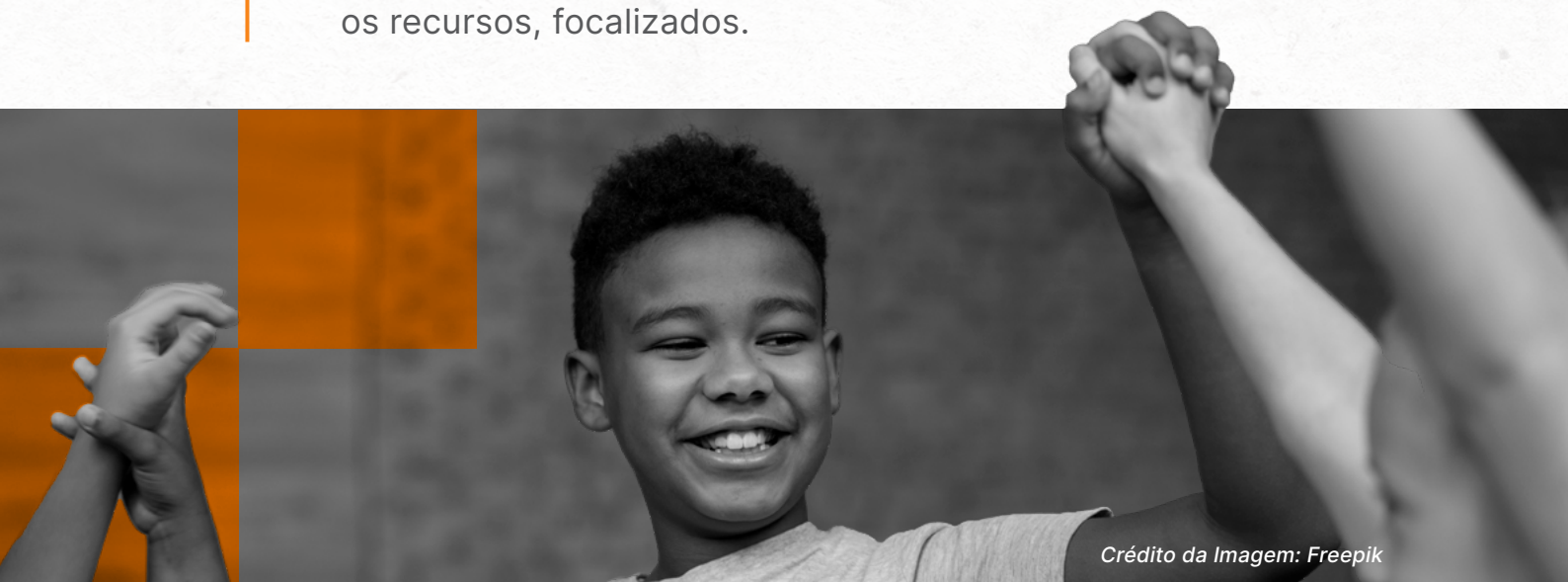
¹⁸ Lei municipal 16.867/2018.

¹⁹ O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial firmada entre os ministérios da Saúde e da Educação (Decreto Federal 6.286/2007) ao qual o município de São Paulo aderiu em 2013 (Portaria nº 2.608/2013).

tificar se há necessidade de atualização conforme evidências científicas recentes,²⁰ haja vista a previsão de que o programa seja executado em consonância com experiências e tratados internacionais na área.²¹ Os principais aspectos a serem avaliados nesse tipo de programa atualmente são: **a)** a aplicação por parte dos professores ou pares (as próprias crianças) que são treinados pelos policiais tendem a produzir mais impacto que a aplicação direta pelos próprios policiais; **b)** metodologias ativas e interativas em que os participantes constroem o próprio conhecimento e tiram suas conclusões parecem ter impactos mais positivos do que palestras que ressaltam apenas os efeitos negativos do uso de substâncias.

C

Racionalizar os esforços da GCM em face de seus projetos sociais de ação comunitária. O projeto Luz, por exemplo, apresenta os mesmos objetivos e métodos do GEPAD para o público de escolas municipais, estaduais e particulares. Já o projeto Criança sob Nossa Guarda, com longa trajetória, promove ações lúdicas e a aproximação entre a instituição e a comunidade, conforme os preceitos do policiamento comunitário. É preciso ter clareza sobre os objetivos para que os resultados possam ser mensurados e avaliados quanto à eficiência, eficácia e efetividade, e os recursos, focalizados.



Crédito da Imagem: Freepik

²⁰ Valente, J.Y. et al. *Revisão sistemática sobre o efeito do programa escolar de prevenção ao uso de drogas Keepin' it REAL: traduzido e implementado no Brasil pelo PROERD. Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 27, n. 11, pp. 4175-4189.*

²¹ *Lei municipal 16.867/2018, art. 1, parágrafo único.*

5.2. Fomentar a inclusão e o monitoramento de novas metodologias de prevenção à violência, com ênfase nos fatores protetivos, que aumentam a resiliência dos indivíduos, mesmo diante de contextos desafiadores

Grande parte dos fatores de risco para a violência estão na vulnerabilidade das famílias e das comunidades. Desse modo, o paradigma da prevenção social no Brasil se centra, majoritariamente, nesses dois eixos. Porém, há um limite das políticas públicas em atuar sobre esses fatores e é necessário complementar tais estratégias, com outras centradas nos fatores protetivos, que aumentem a resiliência dos indivíduos, mesmo diante de contextos desafiadores. Uma abordagem já tradicional em outros países, mas com pouca penetração no Brasil, é o desenvolvimento de competências socioemocionais com foco na prevenção da violência.²² Na Base Nacional Comum Curricular, estão previstas cinco competências: autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. Nos programas de prevenção à violência, o componente da autogestão (gerenciamento eficiente do estresse, controle de impulsos e definição de metas) é um dos mais importantes fatores protetivos, trabalhado com técnicas variadas, incluindo terapia cognitivo-comportamental e mindfulness.²³

Nesse sentido há pelo menos três grandes linhas de trabalho que podem ser desenvolvidas: **i)** programas de prevenção primária, para todo o conjunto das crianças do ensino fundamental; **ii)** programas de prevenção secundária e focalizados em crianças e adolescentes que já apresentam comportamentos de risco e **iii)** ensino de técnicas de disciplina positiva para cuidadores nos programas de estímulo ao desenvolvimento na primeira infância. Nesse sentido, recomenda-se:

²² *As competências socioemocionais estão previstas na Base Nacional Comum Curricular, mas não especificamente com foco na prevenção da violência.*

²³ <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying>

A

Na área de educação, realizar um mapeamento para a identificação de iniciativas de prevenção à violência emergentes nas escolas municipais, que possam ser acompanhadas, avaliadas e, eventualmente, replicadas, considerando especialmente iniciativas específicas de desenvolvimento de competências socioemocionais com foco na prevenção da violência (ver box sobre o programa Na Moral, a seguir). Estimular a realização de projetos-piloto, de preferência como experimento randomizado controlado ou ensaio de comunidade.

B

Na saúde e assistência social, considerar a inclusão de metodologias de disciplina positiva nos programas de visita domiciliar (por exemplo, programa Criança Feliz), preferencialmente em projetos-piloto, como experimento randomizado controlado.

Programa Seja de Educação Socioemocional

Programa de educação socioemocional que combina técnicas de atenção plena (mindfulness) e terapia cognitivo-comportamental para desenvolver as cinco competências socioemocionais da BNCC, com ênfase na autorregulação.

- Professores recebem a formação para aplicar o programa junto aos alunos;
- Os alunos recebem o programa em horário letivo, uma vez por semana durante 20 semanas;
- O programa faz parte do conteúdo programático regular;
- Material apostilado é disponibilizado;
- Conteúdo específico para cada série, do 1º ao 9º ano;
- Desenvolvido pelo Instituto Cidade Segura, atualmente funciona nas cidades de Lajeado, Santa Cruz do Sul e Rio Grande, todas no estado do Rio Grande do Sul.

Ainda não há evidência de alta qualidade sobre a efetividade do programa Seja, especificamente. O que se sabe sobre esse tipo de programa é que aqueles de aplicação universal têm maior impacto com crianças mais novas em comparação com adolescentes. Evidências internacionais também indicaram que, no ensino fundamental, são capazes de reduzir, em média, 18% dos comportamentos violentos ou agressivos.

Para saber mais:

Instituto Cidade Segura <https://institutocidadesegura.com.br>

Experimento piloto do programa Na Moral

O Programa Na Moral é uma iniciativa que emprega técnicas de Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) para incentivar mudanças nas formas de pensar, sentir e agir dos jovens. Seu objetivo é aprimorar habilidades como comunicação, gestão de emoções, assertividade, construção da autoestima e desenvolvimento de resistência à pressão dos pares.

- O projeto foi implementado como piloto em sete escolas municipais da Diretoria Regional de Santo Amaro, em São Paulo, durante o segundo semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2023;
- Participaram 300 alunos, do sétimo, oitavo e nono anos do ensino fundamental;
- A adesão dos alunos foi voluntária;

- O conteúdo foi ofertado em 14 encontros no contraturno escolar, utilizando jogos, dramatizações, discussões em grupo e outras técnicas;
- O programa foi aplicado com facilitadores especificamente contratados e treinados para oferecer as oficinas.

A Fundação Getúlio Vargas é responsável pelo experimento e recentemente publicou uma avaliação da viabilidade da implementação do programa. Ainda não há dados disponíveis sobre o impacto da iniciativa.²⁴

A disciplina positiva como um dos três pilares da educação positiva

Segundo o manual Inspire, da Organização Mundial de Saúde,²⁵ a educação positiva está baseada na criação de ambientes domésticos seguros, no fortalecimento dos vínculos entre a criança e os cuidadores e na disciplina positiva. Programas brasileiros de visita domiciliar para a primeira infância, como o Primeira Infância Melhor e Criança Feliz, estão fortemente baseados nos dois primeiros fatores, mas não preveem de forma sistemática o treinamento em disciplina positiva para cuidadores. A disciplina positiva inclui: **a)** desenvolvimento da regulação emocional do próprio cuidador para responder de forma não-reativa a comportamentos desafiadores, **b)** cuidadores ensinam a regulação emocional também para as crianças; **c)** cuidadores estabelecem consequências não violentas que sejam adequadas a cada idade. Os melhores programas desse tipo são aqueles que envolvem técnicas vivenciais em que os participantes precisam encontrar soluções para problemas práticos propostos.

²⁴ Monteiro, J.C.M. et al. *Programa Na Moral: Relato de implementação do programa de prevenção da violência nas escolas*. FGV Centro de Ciência Aplicada à Segurança Pública. Rio de Janeiro: julho de 2023.

²⁵ Organização Mundial de Saúde. *Inspire: Sete Estratégias para por Fim à Violência contra Crianças*. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (tradução). São Paulo: 2018.

5.3. Prevenção da violência nas escolas

Desde 2017, ganharam destaque episódios de violência extrema em escolas, que tende a ser desencadeada pela ocorrência de um crime anterior que inspira uma onda de ataques, como aconteceu no Brasil entre 2017 e 2023. Embora seja um fenômeno bastante específico, esses ataques estão associados a outros tipos de violência de menor intensidade, que ocorrem frequentemente nas escolas. Em geral, é praticado por alunos e ex-alunos “como uma reação a ressentimentos, fracassos e violências experienciadas na vida e na comunidade escolar”.²⁶

Assim, o bullying, uma violência frequentemente vivenciada pelos estudantes no cotidiano escolar, pode estar associado a ataques de violência extrema. Problemas de saúde mental, por sua vez, estão associados tanto ao bullying quanto à violência extrema.

Crédito da Imagem: Freepik



A disseminação de preconceito e discriminação online emergem tanto nas pequenas violências cotidianas quanto no discurso de ódio de grupos extremistas que cooptam adolescentes para a violência extrema. As armas de fogo, além de serem um elemento de valorização da violência em si,²⁷ potencializam a letalidade desses episódios: dos

²⁶ Ministério da Educação. Relatório Ataques às Escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental. Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas. Brasília, 2023, p. 8.

²⁷ As ideologias extremistas que promovem ataques às escolas “abordam a vida e a violência como se fossem um jogo de videogame, onde planejam e vivenciam o ataque como uma experiência lúdica, e promovem a veneração de armas, tanto as brancas quanto as de fogo” (MEC, 2023, p. 19).

36 ataques realizados desde 2002, em 44% foram utilizadas armas de fogo que causaram 78% das mortes.²⁸

Desde 2015, a rede municipal determinou a criação de comitês de mediação de conflitos nas escolas. Mais recentemente, foi instituído o Comitê de Proteção Escolar (nível secretarial) e regulamentada, no nível municipal, a lei federal que determinou às redes públicas de educação básica contar com serviços de psicologia e de serviço social.²⁹ Por fim, iniciativas de justiça restaurativa nas escolas têm sido amplamente recomendadas. Levando esse contexto em consideração, destacam-se as seguintes recomendações:

- A** Em relação à implementação dos serviços de psicologia e serviço social junto às Diretorias Regionais de Ensino (DRE), é preciso monitorá-la segundo os critérios: a) de prioridade nos territórios mais vulneráveis, b) de complementaridade, articulação ou sobreposição em relação a outros serviços e equipes multidisciplinares nas DRES ou nas escolas.
- B** Estabelecer parcerias para a avaliação de impacto dos Comitês de Mediação de Conflitos nas escolas municipais, previstos desde 2015, assim como da implementação das medidas instituídas em decretos recentes.
- C** Criar mecanismos para a democratização da gestão escolar. Dentre as recomendações do relatório “Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental”, está a implementação de grêmios estudantis e associações de pais e mestres para democratizar a gestão escolar.³⁰ Existe, entretanto, a possibilidade de que essas instâncias de representação criem espaços de diferenciação e prestígio e, portanto, novas assimetrias de poder. Assim, é importante es-

²⁸ Langeani, B.. *Raio-x de 20 anos de ataques a escolas no Brasil 2002-2023*. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2023.

²⁹ Decretos municipais 62.312/2023 e 63.135/2024, e leis federais 13.935/2019 e 14.819/2024.

³⁰ MEC, 2023.

tabelecer metodologias inclusivas para ampliar a participação e o senso de pertencimento de todos os alunos. Uma alternativa é a implementação das assembleias escolares, possibilitando a vivência de um espaço mais democrático e participativo por todos da comunidade escolar. Essa metodologia já vem sendo implementada em algumas cidades e fortalecendo para além da relação estudante-professor, uma vez que também busca ampliar as relações com a comunidade do entorno e com os equipamentos da rede de proteção.³¹

D

Mapear iniciativas de justiça restaurativa já em andamento nas escolas ou DRES, iniciativas essas recomendadas, por exemplo, no relatório “Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental”. A partir de então, realizar parcerias para avaliação de seu impacto.³²

E

Fortalecer a escola e compreendê-la como um dos equipamentos que integram a rede de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, fomentando a implementação de espaços de diálogo e articulação intersetorial, pois os problemas que afetam as escolas (bullying, questões de saúde mental, violência doméstica, entre outros) demandam o envolvimento de muitos outros serviços da rede municipal de atendimento.

F

Mapear iniciativas já realizadas nas escolas que tenham como objetivo aumentar o sentimento de pertencimento escolar. A partir de então, realizar parcerias para avaliação de impacto dessas iniciativas.

G

Eventuais iniciativas de criação de sistemas de registro de incidentes, que emergem como solução quando da ocorrência de episódios graves de violência, são um ponto de atenção. A vigilância epidemiológica pode atuar em conjunto com as escolas

³¹ <https://educacaointegral.org.br/reportagens/assembleias-escolares-chave-para-fortalecer-democracia/>

³² Segundo Kopittke (2023), avaliações de impacto para programas de justiça restaurativa para prevenção da reincidência criminal mostraram evidências de efetividade para prevenir crimes violentos, mas não para prevenir crimes patrimoniais. Ainda não há avaliação de impacto do modelo preventivo utilizado nas escolas.

para produzir registros em sistemas já existentes, como o Sistema de Informação para a Vigilância de Violências e Acidentes (SIVVA), da Secretaria Municipal de Saúde. Ver também o programa Cada Jovem Conta, nesse documento.

H

Iniciativas de enfrentamento ao bullying devem ser baseadas em evidências científicas. Os programas que funcionam melhor envolvem a escola como um todo (todas as classes, professores e demais funcionários e incluem todos os alunos, e não apenas aqueles já identificados em situações de bullying), além de familiares/cuidadores. Os programas de desenvolvimento de competências socioemocionais também podem incluir componentes de prevenção ao bullying (ver box sobre o programa Seja no item 5.2). Ponto de atenção: em alguns estudos, programas baseados na exclusão de perpetradores ou na mediação direta entre perpetrador e vítima tiveram como resultado o agravamento da situação.

I

Monitorar a implementação de práticas antirracistas nas escolas, conforme a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, que foi lançada em maio de 2024 pelo Ministério da Educação.

Educação antirracista - orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros

Em 2021, o Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (NEER) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo abriu um processo de seleção que culminou com a escolha de 28 educadores(as). Esses profissionais formaram um grupo de trabalho que escreveu o documento “Educação antirracista - orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros”, oferecendo subsídios teóricos para práticas educacionais e vivências antirracistas na rede municipal. O documento foi publicado em 2022, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, em certa medida, antecipando a Política

Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola. Em 2023, o NEER publicou os documentos “Povos Indígenas: orientações pedagógicas” e “Povos Migrantes: orientações pedagógicas”.

O programa Kiva de combate ao bullying

O programa Finlandês parte da compreensão de que o bullying é um fenômeno de grupo. Assim, o principal objetivo é influenciar as normas sociais. As crianças são encorajadas a assumir a responsabilidade de não apoiar o agressor, mas sim os pares vulneráveis. Além de ser preventivo, o KiVa também é interventivo, com diretrizes claras para combater o bullying quando ele ocorre. O programa é estruturado a partir de três componentes:

- **Prevenção: para evitar que o bullying aconteça**
As ações preventivas são direcionadas a todos os alunos. Aulas e jogos online trazem exemplos concretos.
- **Intervenção: ferramentas para combater o bullying**
Ações interventivas no KiVa são direcionadas especificamente a crianças e adolescentes envolvidos em situações de bullying. O objetivo é fornecer às escolas e aos alunos ferramentas focadas em soluções para acabar com o bullying.
- **Monitoramento anual**
O KiVa oferece ferramentas para monitorar a situação nas escolas através de pesquisas online anuais com alunos e funcionários. Este feedback fornece às escolas informações sobre como melhorar o seu trabalho antibullying.

Para mais informações, visitar a página oficial do programa

<https://www.kivaprogram.net/what-is-kiva/>

5.4. Identificação e acompanhamento de adolescentes em situação de risco para a violência

Infrequência, evasão e abandono escolar, bem como problemas de comportamento são conhecidos preditores para uma trajetória de risco para a violência. Ainda que submetidos a fatores de risco como esses, a proporção de indivíduos que irão cometer um ato infracional é pequena. Mesmo entre adolescentes que chegam a cometer um delito, apenas alguns o farão mais de uma vez ou irão desenvolver uma trajetória de envolvimento criminal na vida adulta. Mas existem evidências consistentes de que o contato precoce com o sistema de justiça (através de um processo formal) é, em si mesmo, um fator adicional de risco para uma trajetória de envolvimento com a violência^{33 34}. Desse modo, ações preventivas para grupos que se encontram em vulnerabilidade são muito importantes. No município de São Paulo, uma portaria municipal conjunta de 2022 estabeleceu um protocolo integrado de busca ativa escolar de crianças e adolescentes para atuar no combate à evasão escolar. Considerando o contexto, recomenda-se à próxima gestão:

A

Monitorar a eficácia do sistema de busca ativa escolar;

B

Estabelecer uma metodologia sistemática de identificação e acompanhamento de crianças e adolescentes que apresentem alteração no padrão de comportamento esperado para um desenvolvimento saudável, que permita a mobilização efetiva da rede de proteção de modo a superar a lógica dos encaminhamentos. O objetivo é evitar que tenham o primeiro contato com o sistema de justiça por ato infracional e garantir o acesso a seus direitos, prevenindo a vivência de outras violências.

³³ Uma revisão sistemática, examinando os resultados de 29 ensaios clínicos randomizados não encontrou nenhuma evidência de que o processamento no sistema de justiça juvenil tenha efeito no controle do crime. Na verdade, a maioria das análises mostrou que o processamento aumentou a delinquência. Isto foi consistente em todas as medidas de prevalência, incidência, gravidade e autorrelato, e consistente quando se observou o primeiro ou o maior intervalo de tempo em que a medida do crime foi relatada (Petrosino, A. et al. (2010), p. 36).

³⁴ Para um resumo simplificado do estudo de Petrosino et al. (2010), ver Kopittke (2023), p. 525 a 528.

Cada Jovem Conta

O Cada Jovem Conta é um programa municipal para identificação e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de risco para a violência. Ele é organizado em comitês territoriais, nas regiões com indicadores negativos de violência. Cada comitê é composto por representantes da escola, UBS, CRAS e outros serviços da rede de referência e se reúne mensalmente para a discussão de cada caso e deliberação das ações.

- Comitês territoriais são criados prioritariamente nos territórios com piores indicadores de violência.
- As reuniões mensais do comitê territorial para a discussão caso a caso são o principal mecanismo de funcionamento do programa. Embora um sistema informatizado possa ser útil, ele não substitui o encontro ao vivo, presencial ou online.
- A circunscrição de cada comitê deve ter como base a escola, pois é a maior porta de entrada do programa.
- Cada comitê deve limitar o número máximo de casos a serem acompanhados, priorizando os mais graves.
- Cada comitê precisa contar, no mínimo, com um representante da escola, CRAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e saúde (Equipe de Estratégia de Saúde da Família, Equipe do Programa Saúde nas Escolas).

O Programa Cada Jovem Conta de Pelotas ganhou a 4ª edição do Prêmio Boas Práticas na Gestão Municipal da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul na categoria Segurança Pública.

Para mais informações, acessar o site oficial do Pacto Pelotas pela Paz:

<https://www.pelotas.rs.gov.br/pacto/19/897>

Mulheres

5.5. Prevenção da violência contra a mulher: atrelar investimentos no programa Guardiã Maria da Penha à análise de eficiência/ efetividade e ao desenvolvimento de uma metodologia de revisão permanente dos instrumentos de avaliação de risco

O programa Guardiã Maria da Penha foi criado para proteger mulheres em situação de violência, por meio da atuação preventiva e comunitária da GCM, sobretudo realizando o acompanhamento de medidas protetivas de urgência. É uma parceria entre a SMSU, a Coordenação de Políticas para Mulheres da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e o Ministério Público de São Paulo. Em 2023 foram inseridos no programa 4.166 novos casos e foram realizadas mais de 28 mil visitas a mulheres em situação de violência. Esse número de atendimentos superou o que havia sido previsto no programa de metas, mas, por outro lado, não estão disponíveis para o público análises de eficiência (melhor uso dos recursos) ou efetividade (o quanto o programa de fato reduz a violência doméstica e familiar contra a mulher). Dadas as graves e duradouras consequências desse tipo de violência para mulheres, crianças e toda a comunidade, é essencial priorizar políticas públicas que tenham efetividade, a partir de avaliações, ajustes e inovações nos programas que já estão implementados e que considerem:

- A** Empreender esforços constantes de comunicação sobre canais de denúncia e medidas protetivas disponíveis, inclusive sobre a possibilidade de medida cautelar de apreensão de arma de fogo do agressor que tenha posse.
- B** Envolver a vigilância epidemiológica do município como parceira do programa na realização de análises dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Datusus), que notifica obrigatoriamente todos os casos de violência contra mulheres, crianças e adolescentes atendidos nos serviços de saúde.

C

Fortalecer a prevenção da violência armada por meio da implementação da lei federal 13.880/2019, que trata da apreensão da arma de fogo em posse do agressor em casos de violência contra a mulher.³⁵ O programa Guardiã Maria da Penha pode contribuir para a sensibilização e engajamento dos atores da rede de proteção da mulher sobre a importância da aplicação dessa lei, produzindo um efeito multiplicador.³⁶ Ainda que a aplicação da lei seja atribuição dos operadores do sistema de justiça criminal, a divulgação e conscientização sobre a lei junto às vítimas, inclusive, assim como sobre o risco que a disponibilidade de arma de fogo representa em casos de violência doméstica e por razões de gênero, fortalecerá a sua implementação.

D

Sistematizar e analisar os dados de atendimento, encaminhamentos e resultados do programa Guardiã Maria da Penha, a partir dos quais podem ser realizados estudos sobre violência doméstica e familiar que resultem em indicadores de risco de agravamento da situação, incluindo o de feminicídio. Contribuem assim para refinar os instrumentos de avaliação de risco e metodologias de atendimento, melhorando tanto a eficiência quanto a efetividade do programa.



Crédito da Imagem: Freepik

³⁵ A lei determina que, ao registrar a ocorrência de violência contra a mulher, a autoridade policial verifique se o agressor tem acesso a armas de fogo e notifique a ocorrência de agressão às agências responsáveis pela concessão do registro e à autoridade judicial para que esta, por sua vez, determine a apreensão imediata de arma de fogo sob posse do agressor.


³⁶ Em articulação com a Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania e Saúde, é possível potencializar a prevenção da violência armada no âmbito dos equipamentos e programas, tais como Centros de Cidadania, de Referência e de Defesa e Convivência da Mulher e programa de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia Saúde da Família (este instituído e regulamentado por meio da lei 16.823/2018 e do decreto 59.500/2020).

Uma iniciativa para cuidar de quem cuida: rodas de conversa com psicóloga no GAMA

O Guarda Amigo da Mulher (GAMA) é um programa de acompanhamento de medidas protetivas da Guarda Municipal de Campinas. O projeto conta com 15 servidores dos quais oito são responsáveis pelas visitas. Esses agentes relataram a grande demanda afetiva que o trabalho exige, a frequente sensação de frustração frente à dificuldade de as mulheres saírem do ciclo de violência, e a angústia com as situações presenciadas. Assim, em 2022 foram implementadas rodas de conversa com a psicóloga da corporação, com a intenção de propiciar um ambiente seguro para as equipes compartilharem suas dores e angústias advindas do trabalho. Os encontros são mensais e a psicóloga também fica disponível para conversas individuais privadas, por demanda. Além de promover a saúde mental e o bem-estar dos/das guardas, a iniciativa tem potencial para melhorar a qualidade do atendimento às beneficiárias.

*Para saber mais consulte a publicação **Práticas de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça**, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.*





Crédito da Imagem: Rovena Rosa/Agência Brasil

População em Situação de Rua e Usuária de Drogas

5.6. Fortalecer a abordagem de redução de danos com reinserção social

O uso abusivo de substâncias psicoativas em contexto de alta vulnerabilidade social é um problema de saúde pública que afeta a segurança, seja em razão de sua relação com mercados ilegais de drogas e suas dinâmicas violentas, seja em razão da incidência de conflitos interpessoais e de delitos como roubos e furtos nos territórios marcados pela degradação urbana onde fluxos de pessoas com dependência química se estabelecem. O abuso de drogas é um dos fatores de risco que aumentam as chances de um indivíduo enfrentar situação de rua, entre outros, como exposição à violência na infância, envolvimento em atividades criminais e encarceramento³⁷. A sobreposição do uso de drogas à situação de rua cria um cenário de concentração de usuários em ambientes abertos, que passam a ser conhecidos como cenas de venda e uso de drogas, compondo um problema ainda mais complexo de ser solucionado.

Segundo o último censo da população de rua, 31.884 pessoas viviam em situação de rua na cidade de São Paulo em 2021.³⁸

³⁷ Nilsson, S. F., Nordentoft, M., & Hjorthøj, C. (2019). Individual-Level Predictors for Becoming Homeless and Exiting Homelessness: a Systematic Review and Meta-analysis. *Journal of Urban Health*, 96(5), 741–750.

³⁸ O censo é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e sua última aplicação ocorreu em 2021 e já indicava um crescimento de 31% em relação a 2019. Segundo o Observatório do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em maio de 2024 mais de 76 mil pessoas em situação de rua na capital estavam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que não corresponde a um censo, mas dá uma dimensão do problema que cresceu muito após a pandemia Covid-19.

São Paulo possui uma das maiores cenas de uso de drogas a céu aberto do país na região central da cidade, conhecida como Cracolândia. De acordo com as informações do Painel de Monitoramento das Cenas de Uso da Região da Luz, uma média diária de 290 e 371 pessoas frequentaram o fluxo nos períodos matutino e vespertino, respectivamente, no mês de maio de 2024.³⁹

Diante de um problema que persiste há décadas, não raramente são determinadas intervenções policiais, com participação da GCM, inclusive, em nome da repressão ao tráfico de drogas ou de outras medidas de segurança, que resultam no espraiamento do fluxo para outros pontos e dificultam o trabalho das equipes multiprofissionais da saúde e da assistência social.

Nesse cenário, o desafio da gestão municipal é efetivar uma política baseada na redução de danos capaz de oferecer continuamente programas sociais e serviços de tratamento que viabilizem projetos de longo prazo para pessoas cuja vulnerabilidade está associada ao uso de álcool e outras drogas.

Das políticas municipais implementadas na última década, destaca-se o programa De Braços Abertos (2014-2017), que inovou ao adotar uma abordagem de redução de danos, ampliar a rede de serviços da assistência e da saúde aos usuários e subsidiar os beneficiários com moradia, trabalho e alimentação, sem exigir abstinência. A primeira avaliação do programa indicou como seu ponto mais relevante a inserção de trabalho, renda e moradia no horizonte dos beneficiários, rompendo com o padrão repressivo de lidar com os usuários de crack por parte das gestões municipais e estaduais. Não sem dificuldades, o programa apresentou resultados positivos que incluíam a redução do consumo problemático de crack, a inserção no mercado de trabalho e a reconstrução dos laços familiares,⁴⁰ além de ser observada a redução dos crimes de furto e roubo na região no período analisado.

³⁹ https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/secretaria_executiva_de_projetos_estrategicos/programa_redencao/dados_do_programa/index.php?p=32522

⁴⁰ Rui, T., Fiori, M., Tófoli, L.F. Pesquisa preliminar de avaliação do Programa De Braços Abertos. Plataforma Brasileira de Política de Drogas/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. São Paulo, 2016.

O De Braços Abertos foi desmontado a partir de 2017 e substituído pelo programa Redenção, vigente até o presente. Mais focado no tratamento do uso abusivo de álcool e outras drogas e no acolhimento a partir do Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica, o Redenção não manteve a abordagem de redução de danos combinada a outras medidas relevantes para a redução das vulnerabilidades às quais está exposta essa população, como a oferta de moradia permanente (o acolhimento é provisório). Programas que dão suporte para fatores associados ao uso de substância química, como condições habitacionais e psicológicas, apresentam resultados mais positivos do que aqueles que privilegiam o tratamento da dependência.⁴¹ Assim, os programas que preveem a “moradia primeiro” são reconhecidos como elemento central de políticas públicas para população em situação de rua e impactam na redução do consumo de drogas.

Nesse sentido, além de fortalecer uma política intersetorial, que articule ações de cuidado da saúde e da assistência com medidas relacionadas à moradia, trabalho e renda,⁴² é preciso:

- A Incorporar a abordagem de redução de danos na política de segurança urbana, considerando o seu impacto na redução da violência, inclusive;
- B Planejar as ações de ordem pública, que partem da SMSU, necessariamente de modo articulado com a frente de trabalhadores sociais e da saúde que atuam no território;
- C Investir na capacitação da GCM para que a abordagem do público que vive nas cenas de uso seja convergente com o trabalho das equipes multiprofissionais que atuam no território, considerando que a prefeitura regulamenta os procedimentos para tratamento do conjunto da população em situação de rua.⁴³

⁴¹ Slesnick, N., Chavez, L., Bunger, A. et al. Housing, opportunities, motivation and engagement (HOME) for homeless youth at-risk for opioid use disorder: study protocol for a randomized controlled trial. *Addict Sci Clin Pract* 16, 30 (2021). <https://doi.org/10.1186/s13722-021-00237-7>

⁴² Agenda Brasileira de Política de Drogas. Plataforma Brasileira de Política de Drogas e Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas, 2024.

⁴³ Decreto 59.246/2020, que dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana.

5.7. Mediação de conflitos

A cidade dispõe de um programa de Mediação de Conflitos que tem como objetivo intermediar relações conflituosas e auxiliar as pessoas a resolverem seus problemas sem o emprego da força ou da violência. Para os municípios de São Paulo, o serviço, gratuito, é prestado pelo Tribunal de Justiça estadual e pela GCM, em conjunto ou separadamente. Podem ser acessados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (TJ ou TJ e GCM) ou nas Casas de Mediação (GCM), geralmente localizados nas sedes das subprefeituras ou nas unidades do serviço Descomplica SP. Desde 2015 também estão previstos os Comitês de Mediação de Conflitos nas escolas municipais (ver item 5.3, sobre prevenção nas escolas). Indicador disponível no site Observa Sampa informa que foram realizados 3.355 atendimentos nas Casas de Mediação da GCM em 2022. Para garantir a eficiência, eficácia e efetividade dos serviços, recomenda-se:

A

Estabelecer indicadores específicos que permitam avaliar os atendimentos, tais como: número de solicitações do serviço, número de mediações realizadas e número de resolução de casos, sobretudo nos serviços das Casas de Mediação que já estão plenamente estabelecidos. Os dados sobre perfil dos casos bem como do atendimento podem fornecer informações valiosas para a atualização permanente do serviço e melhoria da eficácia e impacto.

B

Sistematizar e dar transparência às técnicas utilizadas e ao conteúdo de formação, tanto para as iniciativas da GCM quanto para os Comitês de Mediação nas escolas, da Secretaria de Educação.

Referências

Confederação Nacional da Indústria. Principais problemas e prioridades do país para 2024. Retratos da Sociedade Brasileira, Ano 11, n. 61. Brasília: Confederação Nacional da Indústria - CNI, abril 2024.

Conselho Nacional de Justiça. Fazendo Justiça - Sistema Socioeducativo 2023-2025. Pnud e CNJ.

Feltran, G., Rocha, R. e outros. Lei do desmanche, pcc e mercados. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 35, n. 1, jan-abr 2023.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Práticas de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. ISBN 978-65-89596-16-5. <https://casoteca.forumseguranca.org.br>

Instituto Datafolha. Sensação de Segurança e Insegurança - Pesquisa Nacional. São Paulo, março 2024.

Instituto de Ensino e Pesquisa Insper. Relatório da Pesquisa de Vitimização em São Paulo. Insper, 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da Violência. São Paulo: Ipea e FBSP, 2024.

Instituto Sou da Paz. O Papel da Arma de Fogo na Violência contra a Mulher. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2024.

Instituto Sou da Paz. Raio-x de 20 anos de ataques a escolas no Brasil 2002-2023. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2023.

Kopittke, A. Manual de Segurança Pública Baseada em Evidências. Passo Fundo: Conhecer, 2023.

Ministério da Educação. Relatório Ataques às Escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental. Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas. Ministério da Educação, Brasília, 2023.

Monteiro, J.C.M. et al. Programa Na Moral: Relato de implementação do programa de prevenção da violência nas escolas. FGV Centro de Ciência Aplicada à Segurança Pública. Rio de Janeiro, julho de 2023.

Município de São Paulo, Secretaria de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Educação antirracista - orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros. Coleção Currículo da Cidade. São Paulo: SME / COPED, 2022.

Netto, L.F., Rocha, L.J.L. Gestão de informações de segurança pública no município: diagnóstico e propostas para a Secretaria Municipal de Segurança Urbana da cidade de São Paulo. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

Nilsson, S. F., Nordentoft, M., & Hjorthøj, C. Individual-Level Predictors for Becoming Homeless and Exiting Homelessness: a Systematic Review and Meta-analysis. *Journal of Urban Health*, 96(5), 741–750, 2019. doi: 10.1007/s11524-019-00377-x. PMID: 31388823; PMCID: PMC6814700

Organização Mundial de Saúde. Inspire: Sete Estratégias para Pôr Fim à Violência Contra Crianças. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (tradução). São Paulo, 2018.

Petrosino, A., Turpin-Petrosino, C. and Guckenburg, S. Formal System Processing of Juveniles: Effects on Delinquency. *Campbell Systematic Reviews*, 6: 1-88, 2010. doi.org/10.4073/csr.2010.1

Plataforma Brasileira de Política de Drogas e Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas. Agenda Brasileira de Política de Drogas, 2024.

Programa Cidades Sustentáveis e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Guia Segurança no Município: (01) Estudo de caso de três experiências de prevenção à violência em âmbito municipal e (02) Caminhos para construção de uma cultura de paz.

Rede Nossa São Paulo. Mapa da Desigualdade 2023. São Paulo: 2024. <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>

Rui, T., Fiori, M., Tófoli, L.F. Pesquisa preliminar de avaliação do Programa De Braços Abertos. São Paulo: Plataforma Brasileira de Política de Drogas e Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2016.

Sento Sé, J.T. (org.). Prevenção da Violência: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Plano de Segurança Urbana Municipal. <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/legislation/processes/208/topics>

Slesnick, N., Chavez, L., Bunger, A. et al. Housing, opportunities, motivation and engagement (HOME) for homeless youth at-risk for opioid use disorder: study protocol for a randomized controlled trial. *Addict Sci Clin Pract* 16, 30, 2021. <https://doi.org/10.1186/s13722-021-00237-7>

Valente, J.Y. et al. Revisão sistemática sobre o efeito do programa escolar de prevenção ao uso de drogas Keepin' it REAL: traduzido e implementado no Brasil pelo PROERD. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 27, n. 11, pp. 4175-4189, 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222711.07162022>